

ESTUDO B #6

MARÇO, 2024

TENDÊNCIAS

ESG 2024

Movimentos econômicos e socioambientais

Publicação

a economia **B**

CAPÍTULO 02

MOVIMENTOS ECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS QUE IMPULSIONAM AS TENDÊNCIAS EM ESG

Diversos movimentos estão catalisando as tendências em ESG, evidenciando um aumento no interesse por questões de sustentabilidade e responsabilidade social nas empresas.

Estes movimentos refletem uma mudança global em direção a um futuro mais sustentável e regenerativo, em que as práticas ESG são vistas como essenciais para o sucesso empresarial a longo prazo e para o bem-estar da sociedade e do planeta.

A seguir, apresentamos alguns dos movimentos econômicos e socioambientais que estão direcionando as principais tendências em ESG nas organizações.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS



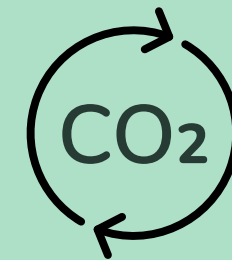
Dado o potencial que as mudanças climáticas têm de impulsionar a transformação de setores econômicos inteiros, não surpreende que cada vez mais esse tema domine as conversas sobre estratégias ESG.

Conforme aponta a S&P Global Market Intelligence, **80% das maiores empresas do mundo dizem estar expostas a riscos associados às mudanças climáticas**, seja em termos de impactos físicos ou de alterações no mercado.

Além disso, a pressão crescente de acionistas e ativistas tem levado ao desinvestimento em setores de alta emissão de carbono.



Os riscos físicos se referem, por exemplo, à **exposição a eventos climáticos extremos ou mudanças climáticas mais abrangentes**, como o aumento das temperaturas ou do nível do mar.



Já os riscos de transição de mercado envolvem **as consequências de mudar para uma economia de baixo carbono**, como regulamentações que tornam os combustíveis fósseis mais caros.

Temas-chave nas estratégias ESG relacionadas às mudanças climáticas



Biodiversidade



Descarbonização



Adaptação climática



Bioeconomia

MOVIMENTOS DE JUSTIÇA SOCIAL



Com pessoas e organizações mais conscientes sobre o impacto social de suas atividades, o S do ESG se torna um pilar cada vez mais importante nas estratégias empresariais.

O fortalecimento global dos movimentos sociais tem pressionado as empresas a adotarem práticas justas de trabalho, incluindo salários dignos, condições de trabalho seguras e respeito aos direitos humanos. Isso também envolve a luta contra o trabalho infantil e a exploração laboral.

Há um entendimento crescente sobre a necessidade de abordar injustiças e promover diversidade, equidade e inclusão (DEI) no setor privado.

E ainda, as cadeias de suprimentos éticas também têm se tornado uma questão central, com mercados de capitais e consumidores mais jovens interessados em saber como as empresas obtêm lucros, especialmente em relação a populações racializadas, marginalizadas ou vulneráveis.



Temas-chave nas estratégias ESG relacionadas à justiça social



Direitos humanos e do trabalho



Transparência na cadeia de suprimentos



Justiça climática

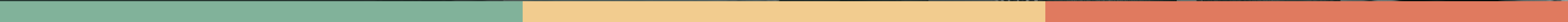


Diversidade, equidade e inclusão (DEI)



Salário digno

CONSUMIDORES MAIS CONSCIENTES



Os consumidores estão cada vez mais avaliando as empresas com base em critérios ESG, escolhendo comprar daquelas que demonstram comprometimento com a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Segundo um levantamento global realizado pela KPMG em 2023:

86%

dos consumidores concordam que deve haver um compromisso coletivo para reduzir, reutilizar e reciclar o máximo possível de resíduos.

69%

pagariam mais por produtos que estejam de acordo com os princípios da empresa.

76%

dos entrevistados concordam que proteger o meio ambiente é mais importante do que uma economia em crescimento.

64%

acreditam que, ao comprar algo, querem entender o impacto ambiental desse produto ou serviço.

67%

dos consumidores sentem que é responsabilidade de todos trabalhar em prol da sustentabilidade.

77%

concordam que as empresas devem priorizar o apoio às comunidades locais, inclusive na contratação de mão de obra.

No Brasil, o impacto da poluição sobre o meio ambiente tem sido o foco das preocupações dos consumidores.

Para os brasileiros entrevistados, há também uma forte demanda para que o governo e as empresas desempenhem um papel mais significativo na melhoria ambiental.

E ainda, esse aumento na consciência socioambiental também impacta a relação das empresas com seus colaboradores – especialmente os da nova geração.

Segundo um estudo global da Deloitte feito em 2023:

50%

dos profissionais da geração Z disseram que estão **pressionando seus empregadores a promover mudanças nas questões ambientais**

42%

disseram que **mudariam de emprego devido a preocupações com o clima**

Temas-chave nas estratégias ESG relacionadas ao consumo consciente



Embalagens climáticas



Transparência na comunicação



Economia circular



Orientação a stakeholders

ENVELHECIMENTO DOS TRABALHADORES

A longevidade crescente e a fertilidade decrescente estão transformando a faixa etária média dos trabalhadores ativos.

Estima-se que as pessoas com 55 anos ou mais superem o número de crianças de 0 a 14 anos até 2035, e toda a população de crianças e jovens de 0 a 24 anos até 2080.

No Brasil, o número de idosos aumentou 57,4% em 2023, enquanto a parcela da população com menos de 14 anos diminuiu 4,3%.

Como consequência, deve crescer cada vez mais a participação de trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho.



Um estudo global feito pela Bain & Company aponta que, até 2030, 150 milhões de empregos serão preenchidos por trabalhadores acima de 55 anos (o equivalente ao total da população trabalhadora dos EUA atualmente).

A previsão é que, nos países do G7, os profissionais seniores representem um quarto da força de trabalho até o final dessa década.

Segundo análises da OCDE, a participação dos profissionais mais velhos na força de trabalho aumentou significativamente, atingindo um recorde de 64% no segundo trimestre de 2023, quase oito pontos percentuais a mais do que há uma década.

No mercado de trabalho brasileiro, a presença de trabalhadores com 40 anos ou mais cresceu consideravelmente: em 2012, eles representavam cerca de 39% da força de trabalho; em 2023, preencheram 45,1% das vagas.

A OCDE aponta que o futuro da força de trabalho será mais diverso em termos de idade, mais saudável e mais educado. A diversidade de experiências, gerações e mistura de habilidades deve trazer vários benefícios para o local de trabalho.

Contudo, essa mudança demográfica pode gerar alguns desafios de curto e médio prazo, tal como escassez de mão de obra qualificada.

Nesse contexto, cada vez mais as empresas devem assumir o papel de capacitar os colaboradores, aumentando sua educação formal em habilidades produtivas para empregabilidade contínua e de longo prazo.

E ainda, além de iniciativas de requalificação, as iniciativas ESG voltadas aos colaboradores devem levar em conta também aspectos relacionados à saúde dos profissionais mais velhos.

Temas-chave nas estratégias ESG relacionadas ao envelhecimento dos trabalhadores



Capacitação dos colaboradores



Estratégias de requalificação



Diversidade geracional



Saúde mental e bem-estar



REGULAMENTAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS



Governos ao redor do mundo estão implementando regulamentações que exigem maior responsabilidade ESG das empresas, incluindo leis sobre emissões de carbono, relatórios de sustentabilidade e cotas de diversidade.

Entre os principais movimentos nesse sentido destacam-se:

Padrões de divulgação ISSB

O International Sustainability Standards Board (ISSB) visa estabelecer padrões globais para que empresas forneçam informações consistentes e de alta qualidade sobre riscos e oportunidades de sustentabilidade, abrangendo temas como clima, biodiversidade e direitos humanos.

Em junho de 2023, o ISSB lançou duas normas iniciais: a IFRS S1 (focada em requisitos gerais de divulgação de informações financeiras de sustentabilidade) e a IFRS S2 (voltada para divulgações relacionadas ao clima).

Essas normas ajudam investidores a avaliar empresas com base em critérios de sustentabilidade, impactos climáticos nas operações e ativos, e sua relação com as demonstrações financeiras.

O Ministério da Fazenda e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil anunciaram que integrarão os Padrões de Divulgação de Sustentabilidade do ISSB ao marco regulatório brasileiro, com uso voluntário a partir de 2024 e obrigatório em 1º de janeiro de 2026.

Com isso, o Brasil se tornou o primeiro país do mundo a adotar oficialmente o novo padrão global.

CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive)

A partir de 2024, empresas na Europa que seguiam a NFRD (Non Financial Reporting Directive) deverão adotar a CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive).

Esta nova diretiva exige relatórios mais abrangentes sobre sustentabilidade corporativa, e seu alcance será ampliado para abranger mais empresas, incluindo pequenos e médios negócios e organizações estrangeiras atuando na União Europeia (UE).

A principal meta da CSRD é aumentar a transparência e a uniformidade das informações relacionadas a questões ambientais, sociais e de governança, facilitando a transição para uma economia sustentável e de baixa emissão de carbono.

Além disso, a CSRD introduz o European Sustainability Reporting Standards (ESRS), que integra diferentes padrões de mercado – o que facilita o report ESG.

Lei contra desmatamento na Europa (EUDR)

Em 30 de dezembro de 2024 entra em vigor o regulamento da União Europeia sobre Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), que responsabiliza as empresas pelos impactos ambientais e de direitos humanos de suas operações globais.

Essa lei obriga as empresas a garantirem que commodities como madeira, óleo de palma, soja, café, cacau, borracha e gado não tenham sido produzidas em terras desmatadas após 31 de dezembro de 2020.

Ao comprar e/ou importar esses insumos, as empresas devem rastrear as mercadorias até sua origem e garantir a produção em conformidade com as legislações relevantes do país de origem, incluindo direitos de uso da terra, direitos trabalhistas, direitos humanos, consentimento dos povos indígenas e leis anticorrupção.

Inflation Reduction Act (IRA)

A Lei de Redução da Inflação, criada em agosto de 2022 nos Estados Unidos, tem como principais objetivos: a redução de emissões de carbono, a diminuição dos custos de saúde, o financiamento do Serviço de Receita Interna do país e o aprimoramento da conformidade fiscal.

Essa lei prevê investimentos para aumentar a capacidade de fabricação doméstica e em tecnologias de ponta (como captura de carbono e hidrogênio limpo) e oferece incentivos fiscais para energia limpa, transporte e indústria.

Benefícios para consumidores incluem créditos fiscais para veículos elétricos, eletrodomésticos eficientes, painéis solares, aquecimento geotérmico e baterias domésticas.

O IRA deve ter um impacto significativo na capacidade dos EUA de atingir as metas de redução de emissões estabelecidas no Acordo de Paris de 2015.

Estima-se que, até 2035, o IRA seja responsável por uma redução de 43-48% nas emissões de gases de efeito estufa em relação aos níveis de 2005.

Divulgações relacionadas às metas de DEI

Órgãos reguladores de todo o mundo estão aumentando a exigência para que as empresas divulguem informações de diversidade, equidade e inclusão, incluindo a representação da diversidade no conselho e os objetivos do programa DEI.

Em alguns casos, as empresas devem explicar em suas divulgações por que não atingiram determinadas metas regulatórias relacionadas a medidas de diversidade.

Um exemplo disso é a nova regra relacionada à diversidade nos conselhos das empresas listadas na bolsa de valores dos EUA, que exige que companhias listadas na Nasdaq:

- Divulguem anualmente as estatísticas de diversidade do seu conselho de administração, usando um formato padronizado;
- Tenham diretores de diferentes perfis ou expliquem a razão da ausência dessa diversidade.

Regulamentação do mercado de carbono no Brasil

O projeto de lei que regulamenta o mercado de carbono no Brasil (PL 2148/15) foi aprovado pela Câmara dos Deputados no fim de 2023.

Este projeto cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), que inclui a definição de limites para emissões e a comercialização de títulos de compensação.

O SBCE visa estabelecer um mercado regulado para a compra e venda de títulos de emissão e compensação de gases de efeito estufa, incentivando empresas a reduzirem suas emissões ou a compensá-las através da compra de créditos.

Empresas que não ultrapassarem os limites de emissões poderão vender suas cotas excedentes, promovendo uma economia mais verde.

Temas-chave nas estratégias ESG relacionadas a regulamentações e políticas públicas:



Relatórios de sustentabilidade



Governança e transparência



Coleta e análise de dados ESG



Compliance ambiental, social e de governança

TRATADOS GLOBAIS QUE APOIAM O ESG

Acordo de Paris

Assinado em 2015 por mais de 190 países, visa combater o aquecimento global por meio da redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa.

[Saiba mais](#)

Pacto Global

Iniciativa proposta no ano 2000 pela ONU com o objetivo de estimular organizações a adotarem ações de incentivo à sustentabilidade e à responsabilidade social.

[Saiba mais](#)

Agenda 2030

Também desenvolvido pela ONU, trata de questões econômicas, sociais e ambientais por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas globais.

[Saiba mais](#)

Global Reporting Initiative

Tem o objetivo de padronizar os balanços sobre sustentabilidade das empresas para que os impactos causados sejam traduzidos em números de forma mais clara.

[Saiba mais](#)

Carbon Disclosure Project

Administra o sistema de divulgação global para investidores, empresas, cidades, estados e regiões para gerenciar seus impactos ambientais.

[Saiba mais](#)

Principles for responsible investment

O PRI é uma organização independente que incentiva os investidores a usar investimentos responsáveis para aumentar os retornos e gerenciar melhor os riscos.

[Saiba mais](#)

Materiais de apoio

Entrevista

Pedro Paro, CEO da Humanizadas e criador do primeiro rating ESG do Brasil



Entrevista

Katia Mello, copresidente da Diagonal e especialista em gestão de projetos socioambientais.



Boas práticas em relatórios de sustentabilidade



Como as empresas podem ajudar a proteger o planeta?



Informações deste capítulo:

- [S&P Global: Accounting for Climate: The Next Frontier in ESG](#)
- [KPMG: How the 'S' in ESG is changing the way we do business](#)
- [KPMG: Me, My Life, My Wallet](#)
- [Deep ESG: CSRD: O que é e como impactará as empresas brasileiras](#)
- [HRW: UE: Passo importante para um comércio 'livre de desmatamento'](#)
- [The Economist: What the Inflation Reduction Act has achieved in its first year](#)
- [McKinsey: The Inflation Reduction Act: Here's what's in it](#)
- [Deloitte: Entenda as normas IFRS S1 e IFRS S2](#)
- [IFRS: Brazil adopts ISSB global baseline](#)
- [Torys: ESG and climate change](#)
- [Nasdaq: Board Diversity Rule](#)



LEIA O ESTUDO COMPLETO



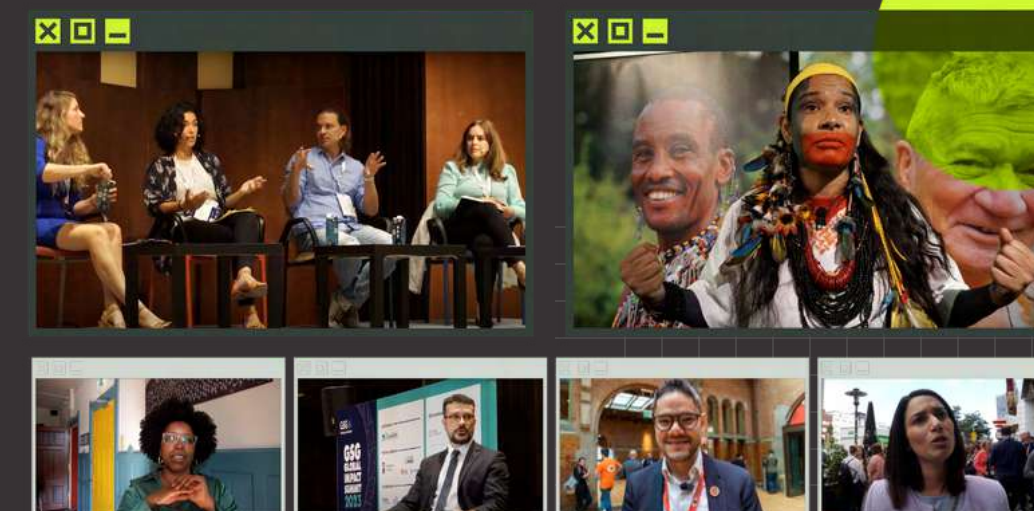
Quase 200 páginas com dicas, ferramentas, cases práticos e visões de especialistas para ajudá-lo a navegar as tendências ESG!

Quer capacitar sua equipe para mantê-la atualizada em relação às principais tendências e movimentos socioambientais que podem impactar o seu negócio?

Conheça o Farol da Economia Regenerativa

O Farol da Economia Regenerativa é uma plataforma de conteúdo e curadoria que combina palestras, videoaulas, notícias, análises e coberturas internacionais para informar, capacitar e engajar pessoas em ESG, sustentabilidade, impacto e regeneração.

[Clique aqui](#) e saiba como levar o Farol para a sua organização!



Expediente

©2024. A Economia B

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais.

(Lei número 9.610/98)

Entrevistas, apuração e redação

Francine Pereira, João Guilherme Brotto,
Natasha Schiebel e Tom Schiebel

Edição e revisão

Natasha Schiebel – Jornalista Responsável
MTB 0008336/PR
natasha@aeconomiab.com

Direção de Arte

Francine Pereira
francine@aeconomiab.com

Diretor de Negócios

João Guilherme Brotto
joao@aeconomiab.com
[LinkedIn](#)

Estudo B #6: Tendências ESG 2024 – Movimentos-chave para as empresas nas áreas ambiental, social e de governança é uma publicação exclusiva de **A Economia B**.

A Economia B é uma plataforma de jornalismo de negócios e curadoria que conta histórias sobre a economia regenerativa.

Nós traduzimos ideias e conceitos ligados a ESG, desenvolvimento sustentável e impacto para organizações e profissionais.

Além da atuação jornalística, temos um leque de soluções em curadoria, treinamento e comunicação para organizações engajadas nessas pautas

Valorize o jornalismo independente. [Assine a nossa newsletter Farol da Economia Regenerativa](#) e seja um apoiador de A Economia B.

Disclaimer:

A publicação de histórias sobre empresas não representa endosso às marcas citadas. Nossa tarefa é reportar iniciativas e fatos que podem de alguma forma inspirar melhorias no seu negócio, na sua carreira ou no seu dia a dia.

***A Economia B** condena práticas como greenwashing, socialwashing, diversitywashing e wellbeing washing. As informações compartilhadas aqui passam por um processo de checagem feito pelo nosso time de jornalistas, porém, sabemos que muitas vezes à primeira vista pode não ser fácil distinguir iniciativas legítimas de tentativas de greenwashing, por exemplo. Caso você acredite que algo não deveria estar aqui, fique à vontade para nos procurar.*

LEIA TAMBÉM:

Estudo B #1 



Estudo B #2 



Estudo B #3 



Estudo B #4 



Estudo B #5 



a economia **B**
ideias e ações para construir o futuro